
	<p>PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA				
	(X)PMTM	()SOCIAL	()SAÚDE	()EDUCAÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)
<p>1.1. Contratação de empresa especializada, visando o fornecimento de passagens aéreas para o Chefe do Executivo e a Secretária Municipal de Assistência Social em Brasília – DF, em reuniões no que diz respeito à Arrecadação Municipal, entre os dias 03 e 07 de Junho de 2024.</p>

1.2. Especificação do produto/quantitativos:			
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QNTD.
01	Passagem aérea do Rio de Janeiro/RJ x Brasília/DF com assento especial e bagagem no dia: 03/06/2024	Unidade	02
02	Passagem aérea de Brasília/DF x Rio de Janeiro/RJ com assento especial e bagagem no dia: 07/06/2024	Unidade	02

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)
2.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): 30 (trinta) dias
2.2. Prorrogação do Contrato: Não haverá prorrogação
2.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): Não haverá Previsão de reajuste.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
<p>3.1. Justifica-se a presente contratação pela necessidade de aquisição de passagens aéreas para atender o deslocamento aéreo do Chefe do Executivo e da Secretária Municipal de Assistência Social, em âmbito nacional, visando à participação em reuniões ligadas à arrecadação municipal de interesse do Município de Trajano de Moraes/RJ. O serviço objeto deste Termo de Referência permite aos participantes do Órgão a execução de suas atividades quando da necessidade de deslocamento de seus dirigentes para execução dos serviços inerentes a cada Unidade participante, como por exemplo, a fiscalização e acompanhamento dos inúmeros convênios e outros instrumentos congêneres. A interrupção destes serviços certamente implicará não só no comprometimento da continuidade das atribuições desta Autarquia como poderá trazer danos irreparáveis, uma vez que cada órgão tem o seu campo de atuação de âmbito nacional e internacional.</p> <p>3.2. Interesse Público: desenvolvimento municipal.</p> <p>3.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: a quantidade solicitada é suficiente para as necessidades do momento, confirmando assim, a necessidade de ter uma empresa no atendimento dos serviço durante o período aqui mencionado.</p>

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)
<p>4.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a MENOR COMPLEXIDADE do objeto enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.</p> <p>Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.</p>



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ
GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA

(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

5.1. Para contratar uma empresa de passagens aéreas para o prefeito, é importante seguir procedimentos transparentes e legais, especialmente considerando que envolve o uso de recursos públicos. Aqui estão alguns passos que geralmente são seguidos nesse processo:

a. Planejamento e Orçamento: Determine o orçamento disponível para as viagens do prefeito e estabeleça critérios claros para a seleção da empresa de passagens aéreas.

b. Pesquisa de Empresas: Faça uma pesquisa de mercado para identificar as empresas de passagens aéreas que atendem às necessidades da prefeitura, considerando critérios como preço, reputação, segurança, horários e destinos disponíveis.

c. Licitação ou Cotação de Preços: Dependendo das leis e regulamentos locais, pode ser necessário realizar um processo de licitação formal ou apenas obter cotações de preços de diferentes empresas. Certifique-se de seguir os procedimentos legais estabelecidos para contratação de serviços públicos.

d. Avaliação de Propostas: Analise as propostas recebidas das empresas de passagens aéreas, levando em consideração não apenas o preço, mas também a qualidade dos serviços oferecidos e a reputação da empresa.

e. Contrato: Uma vez selecionada a empresa, será elaborado um contrato que detalhe os termos e condições do serviço, incluindo preços, responsabilidades, prazos e qualquer outra informação relevante. Certificando-se de que o contrato esteja em conformidade com as leis locais e que proteja os interesses da prefeitura.

f. Monitoramento e Avaliação: Após a contratação da empresa, será monitorado regularmente a qualidade dos serviços prestados e avaliado se ela está cumprindo adequadamente os termos do contrato. Se necessário, tomar medidas corretivas ou rescindir o contrato se houver violações significativas.

g. Transparência e Prestação de Contas: Será Mantido registros detalhados de todas as transações relacionadas às viagens do prefeito e garantir a transparência na utilização dos recursos públicos. A administração prestará contas sobre as decisões tomadas no processo de contratação da empresa de passagens aéreas.

Seguir esses passos ajudará a garantir que o processo de contratação da empresa de passagens aéreas para o prefeito seja transparente, eficiente e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

5.2. A contratada deverá fornecer garantia de fidelidade com os passageiros, orientação em todos os aspectos relacionados a informações.

5.3. As despesas de execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

5.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido.

6.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ
GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA

(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO

6.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

(art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

7.1. O prazo de execução dos serviços é de forma IMEDIATA e será de acordo com aquela mencionada no quadro acima, a administração encaminhará o documento de empenho à empresa selecionada após a conclusão do processo.

7.2. A prestação do serviço deverá ser feito nas dadas determinadas para a viagem.

7.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15(quinze) dias.

7.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

8.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro contrato: José Vinícius Pires Franco / Mat: 0653

Gestor do futuro Contrato: José Vinícius Pires Franco / Mat: 0653



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ
GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA

☒ **PMTM** ☐ **SOCIAL** ☐ **SAÚDE** ☐ **EDUCAÇÃO**

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.
- 10.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados a **Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes – CNPJ nº 29.115.441/0001-10, endereço Praça Waldemar Magalhães, nº 01 – Centro – Trajano de Moraes/RJ.**

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

- 11.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

- 12.1- Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para prestação dos serviços, tomando-se por base os preços praticados no mercado, inclusive despesas com alimentação, encargos, (hospedagem se necessário), transportes dos profissionais, combustível, montagem e desmontagem dos equipamentos, despesas com pessoal contratado, bem como os encargos fiscais.
- 12.2 - A contratada deverá prestar os serviços, em tempo hábil necessário e suficiente, de maneira que não venha intervir no andamento cronológico das atividades da PMTM.
- 12.3 - A Contratada deverá apresentar proposta que não deverá ter validade inferior a 60 (trinta) dias, que serão contados a partir da data de sua apresentação.
- 12.4 - A contratada se obriga a assinar contrato com a municipalidade, cumprindo todas as solicitações da secretaria em todas as condições descritas neste termo de referência.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 13.1. O custo estimado máximo da contratação é de **R\$10.396,00** (Dez mil trezentos e noventa e seis reais.)
(Estimativa de preço pesquisado dessa aquisição em anexo.)



14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- 14.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
GABINETE	020004122200162003	33903900	17200000

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Não há disposições gerais.

	<p>PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>	
<p>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</p>		
<p>(<input checked="" type="checkbox"/>)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>		

<p>16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA</p>
<p>16.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos ANEXO I – Estimativa de Preço</p>

<p>Trajano de Moraes, 23 de Maio de 2024.</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Cláudio Roberto Silva de Moraes Souza Chefia de Gabinete</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------